



## MAQUIAVEL E ROUSSEAU: A LUTA POR RECONHECIMENTO

### *Machiavelli and Rousseau: The Struggle for Recognition*

Antonio Cesar Ferreira da Silva  
UEFS

**Resumo:** A luta por reconhecimento é uma das questões centrais do debate político contemporâneo. Diversos pensadores transformaram esta temática no centro de suas reflexões. No entanto, este debate tem suas origens na obra do pensador Maquiavel. A perspectiva política de Maquiavel, que envolve a questão do reconhecimento, foi fundamental no debate travado entre os pensadores contratualistas como Hobbes, Locke e Rousseau. Assim, como para Maquiavel, o tema da luta por reconhecimento é fundamental para Rousseau. É inegável a influência de Maquiavel sobre os contratualistas, incluindo o pensador genebrino e seu pensamento em torno da luta por reconhecimento. Neste sentido, Rousseau se encontra no conjunto dos leitores de Maquiavel. Desta forma, o texto se debruça sobre o tema da luta pelo reconhecimento na obra de Maquiavel e os reflexos que se desdobram na obra de Rousseau.

**Palavras-chave:** luta social, reconhecimento, filosofia política.

**Abstract:** The struggle for recognition is one of the central issues of the contemporary political debate. Several thinkers have turned this theme into the center of their reflections. However, this debate has its origins in the work of the thinker Machiavelli. Machiavelli's political perspective, involving the question of recognition, was central to the debate between contractual thinkers such as Hobbes, Locke, and Rousseau. Thus, as for Machiavelli, the theme of the struggle for recognition is fundamental to Rousseau. Machiavelli's influence on contractualists, including the Geneva thinker and his thinking around the struggle for recognition, is undeniable. In this sense, Rousseau finds himself in the group of Machiavelli's readers. In this way, the text focuses on the theme of the struggle for recognition in Machiavelli's work and the reflections that unfold in Rousseau's work.

**Keywords:** social struggle, recognition, political philosophy

O tema da luta por reconhecimento<sup>1</sup> é central no debate político contemporâneo, haja vista a complexidade das sociedades atuais. É um tema que se faz presente na obra de filósofos como o alemão Axel Honneth, o canadense Charles Taylor e a filósofa estadunidense Nancy Fraser. No entanto, é preciso destacar que a temática abordada por estes autores tem seu fundamento em pensadores do início da era moderna. Entre estes, destaca-se a figura de Maquiavel que influenciou toda a filosofia política a partir do renascimento. É com Maquiavel que se forja a luta por reconhecimento. A perspectiva política de Maquiavel, que envolve a questão do reconhecimento, foi fundamental no debate travado entre os pensadores contratualistas como Hobbes, Locke e Rousseau. Assim, como para Maquiavel, o tema da luta por reconhecimento é fundamental para Rousseau. E, é inegável a influência de Maquiavel sobre os contratualistas, incluindo o pensador genebrino em torno da luta pelo reconhecimento. Neste sentido, Rousseau se

<sup>1</sup> TAYLOR, Charles. *Multiculturalism*. Différence et démocratie. Traduit de l'américain par Denis-Armand Canal. Paris: Flammarion, 2009, p. 41.

encontra no conjunto dos leitores de Maquiavel. Desta forma, se compreenderá como o tema da luta pelo reconhecimento se constitui na obra de Maquiavel e os reflexos que se desdobram em Rousseau.

Sem dúvida alguma, os escritos políticos de Maquiavel<sup>2</sup> prepararam a concepção que se baseia na luta permanente entre os indivíduos, e na luta permanente entre os estados. Os indivíduos estão numa luta permanente entre si pela sua autopreservação. Da mesma forma, os estados empreendem uma luta constante entre si, a fim de poderem se preservar. Cada estado, assim como cada indivíduo, precisa estar preparado para os conflitos incessantes. Maquiavel inaugura desta maneira uma nova perspectiva na filosofia política. Até então vigorava a doutrina política da antiguidade, a qual se estendeu até a idade média.

Da política clássica até o direito natural cristão da Idade Média, o homem fora concebido em seu conceito fundamental como um ser capaz de estabelecer comunidades, um *zoon politikon* que dependia do quadro social de uma coletividade política para realizar sua natureza interna; somente na comunidade ética da pólis ou da civitas, que se distingue do mero contexto funcional de atividades econômicas devido à existência de virtudes intersubjetivamente partilhadas, a determinação social da natureza humana alcança um verdadeiro desdobramento. No ponto de partida de uma tal concepção teleológica do homem, a doutrina tradicional da política colocou a tarefa de perscrutar e determinar teoricamente a ordem ética do comportamento virtuoso, no interior da qual a formação prática e mesmo pedagógica do indivíduo podia tomar o curso mais conveniente; daí a ciência política ter sido também uma doutrina da vida boa e justa, ao mesmo tempo que o estudo das instituições e das leis adequadas.<sup>3</sup>

Nesta perspectiva da filosofia política, cabia ao homem alcançar um patamar de virtuosidade capaz de lhe inserir numa perfeita comunidade política. Não se evidenciava o processo de construção da via social, mas apenas o mergulho do homem na ordem perfeita. Esta ordem perfeita e harmoniosa era delimitada pelo direito natural. Com as mudanças ocorridas no seio da sociedade medieval, os dois pilares da teoria política que vigoravam até então se esvaziavam. Entra em cena todo um movimento que marcou o fim da idade média e o início da moderna que é o renascimento. As mudanças ocorridas passam pela dinamização do comércio, do surgimento de principados e das cidades autônomas, o advento da manufatura e da imprensa, etc. Neste contexto a perspectiva de virtuosidade não tem mais sentido. O que eclode é a necessidade da estruturação das cidades e de regiões que atendam às rápidas transformações ocorridas no seio da sociedade. Neste sentido, o poder também será reestruturado. Do poder de fundamentação, sobretudo eclesial, emerge a necessidade de um poder centralizado em torno da ideia de estado nacional.

Maquiavel foi sensível às mudanças ocorridas e se afasta por completo do quadro político tradicional. Para Maquiavel um novo homem emerge com as transformações ocorridas na sociedade. O homem, agora, não é mais o homem virtuoso, mas o homem egocêntrico. Dentro do contexto coletivo, o homem sabe que terá que disputar com os demais homens o espaço necessário na sociedade para poder concretizar seus interesses. Neste sentido, a luta dos indivíduos por sua manutenção e existência é constante e sem fim. O homem moderno se vê diante de outros homens que o ameaçam. Não há outra saída que não eliminar seus oponentes. O estado também, assim como os indivíduos, tende a se expandir e conservar seu poder. Assim, pode-se constatar, que o ponto central da reflexão de Maquiavel gira em torno da questão de como o conflito permanente entre os indivíduos é central na construção dos estados e

<sup>2</sup> HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática social dos conflitos sociais*. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2009, p. 32-33.

<sup>3</sup> *Ibidem*, p. 31-32.

das sociedades. E desta forma se vislumbra o fortalecimento ou o enfraquecimento do poder dos grupos e também dos príncipes. Ou seja, Maquiavel se esforça para compreender de que forma os conflitos, a luta entre os indivíduos, se dá no seio de uma ordem social. Maquiavel expõe desta maneira o seio da sociedade, como o palco da luta entre os homens.<sup>4</sup> Diferentemente da filosofia política anterior à era moderna, com Maquiavel se revela a luta para a construção das estruturas da república e do poder existente nas mesmas. Se revela a índole de luta permanente entre os indivíduos.

Esta evidência de luta permanente se manifesta logo no início de sua obra *O príncipe*. No primeiro capítulo, Maquiavel destaca as espécies de principados e os modos de se adquiri-los. É um capítulo minúsculo, mas que introduz a primeira parte da obra. O destaque fica para a forma, ou o modo para se adquirir um principado. Ou seja, como se deve conquistar um determinado principado. Eis como finda este capítulo, em que a luta de conquista é evidente. “Estes domínios assim adquiridos são, ou acostumados à sujeição a um príncipe, ou são livres, e são adquiridos com tropas de outrem ou próprias, pela fortuna ou pelo mérito”<sup>5</sup>. Os ingredientes da luta de conquista são apresentados aqui pela fortuna e pelo mérito. Estes ingredientes devem ser observados, pois incidem sobre os modos para a conquista dos principados. O primeiro ingrediente, a fortuna, deve ser observado pelo príncipe conquistador, pois apenas suas habilidades não determinam de forma absoluta a luta de conquista. Nem tampouco, o príncipe deve contar apenas com a fortuna. É preciso observar a composição dos dois componentes para a conquista. Para Maquiavel, um bom exemplo do equilíbrio destes dois componentes para a luta de conquista é a figura do Papa Júlio II. “O Papa Júlio II procedeu em todas as coisas impetuosamente, e encontrou tanto o tempo como as coisas conformes àquele seu modo de proceder, de forma que sempre alcançou êxito”<sup>6</sup>. No mesmo capítulo em que se encontra esta passagem, o capítulo XXV, Maquiavel adverte sobre os limites da fortuna. Eis a passagem:

Não me é desconhecido que muitos têm tido e têm a opinião de que as coisas do mundo são governadas pela fortuna e por Deus, de sorte que a prudência dos homens não pode corrigi-las, e mesmo não lhes traz remédio algum. Por isso, poder-se-ia julgar que não deve alguém incomodar-se muito com elas, mas deixar-se governar pela sorte. Esta opinião é grandemente aceita nos nossos tempos pela grande variação das coisas, o que se vê todo dia, fora de toda conjectura humana. Às vezes, pensando nisso, me tenho inclinado a aceitá-la. Não obstante, e porque nosso livre arbítrio não desapareça, penso poder ser verdade que a fortuna seja árbitra de metade de nossas ações, mas que, ainda assim, ela nos deixe governar quase a outra metade.<sup>7</sup>

A observação de Maquiavel sobre os componentes do modo de se adquirir um principado centra-se na preocupação com o sucesso que o príncipe deve obter na sua luta pela conquista. A luta de conquista de principados por parte do príncipe é de fato o foco central das preocupações do filósofo florentino. Assim pode-se ver na seguinte passagem:

[...] o sucesso de um príncipe e amanhã a sua ruína, sem ter havido mudança na sua natureza, nem em algumas das suas qualidades. Creio que a razão disso, conforme o que se disse anteriormente, é que, quando um príncipe se apoia totalmente na fortuna, arruína-se segundo as variações daquela. Também julgo feliz aquele que combina o seu modo de proceder com as particularidades dos tempos, e infeliz o que faz discordar dos tempos a sua maneira de proceder.<sup>8</sup>

<sup>4</sup> *Ibidem*, p. 33.

<sup>5</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Tradução de Lívio Xavier. São Paulo: Nova Cultural, 1987, p. 5.

<sup>6</sup> *Ibidem*, P. 104-105.

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 103.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 104.

Portanto, o sucesso da conquista de um principado depende do equilíbrio entre duas forças. A força da fortuna e a força do mérito.

Mas, Maquiavel continua ao longo do livro *O príncipe*, destacando a luta pela conquista de territórios. Assim, é que até o capítulo XIII todo o foco se dá em torno da temática da conquista. Vale destacar entre estes capítulos o VI. Neste capítulo a forma como se conquista é um ponto claro da luta pela consolidação da conquista de um principado e de como os valores do príncipe conquistador são preponderantes para a luta de conquista. Cabe ressaltar também, que ao se firmar a clareza do processo de conquista de um território se identifica as qualidades de um príncipe para tal empreita. E, com isto, o reconhecimento de sua pessoa. Se a luta do príncipe para conquista de territórios e a consolidação de um estado é importante, não o é menor o reconhecimento que ele almeja durante o processo de luta de conquista e de consolidação da conquista. Se durante o processo de conquista o príncipe não vencer a luta pelo seu reconhecimento, sua conquista territorial não terá durabilidade. Maquiavel exemplifica uma série de príncipes que conseguiram conquistas importantes, sobretudo, pela capacidade que estes príncipes possuíam para serem reconhecidos como dignos de ocupar o lugar de senhorio. Ou seja, a capacidade de vencerem a luta por reconhecimento. Não há conquista de principados sem a vitória em outra luta, a luta por reconhecimento. É o caso que Maquiavel relata no final do capítulo supracitado:

É o de Hierão de Siracusa. Tornando-se príncipe de Siracusa, está entre os que de sorte, não tiveram mais do que a ocasião. Estando os siracusianos oprimidos, elegeram-no para seu capitão. Nesse posto mereceu tornar-se príncipe. E foi de tanta virtude, mesmo na vida privada, que dele se disse: quod nihil illi deerat regnandum praeter regnum. (Que não lhe faltava para ser rei senão um reino.). Extinguiu a antiga milícia, organizou a nova, deixou as amizades antigas, conquistou outras, e, como tivesse amizades e soldados seus, pôde, sobre tais alicerces, edificar as obras que quis, tanto que teve muito trabalho para conquistar, mas pouco para manter-se.<sup>9</sup>

A partir, sobretudo, do capítulo XIV do livro *O príncipe* a pessoa do príncipe é central nas reflexões de Maquiavel. E esta centralidade se debruça principalmente sobre a questão da condição do senhor, sobre a sua condição de ser reconhecido. A questão do reconhecimento do príncipe passa pela sua consolidação enquanto líder, que ocorre pela sua capacidade bélica. Pela sua capacidade de fazer guerra. Na medida em que o príncipe se fortalece com as guerras, mas perene e duradoura será a vida de seu estado, de seu território.

Deve, pois, um príncipe não ter outro objetivo nem outro pensamento, nem ter qualquer outra coisa como prática a não ser a guerra, o seu regulamento e a sua disciplina, porque essa é a única arte que se espera de quem comanda. É ela de tanto poder que não só mantém aqueles que nasceram príncipes, mas muitas vezes faz com que cidadãos de condição particular ascendam àquela qualidade. Ao contrário, vê-se que perderam os seus Estados os príncipes que se preocuparam mais com luxos da vida do que com as armas.<sup>10</sup>

Durante os demais capítulos a preocupação do pensador florentino com a luta pelo reconhecimento que o príncipe deve travar fica notória. Maquiavel sabe que não basta conquistar territórios e consolidar principados, torna-se fundamental o reconhecimento da figura do príncipe tanto para a conquista como para a consolidação da conquista. Assim, no capítulo XVII, cujo título *Da crueldade e da piedade – se é melhor ser amado ou temido*, expõe a direção que o príncipe deve dar diante destas alternativas. Ser piedoso ou cruel, ser amado ou temido. Maquiavel apresenta, como o fez

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 25.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 59.



no primeiro capítulo de sua obra *O príncipe*, o equilíbrio entre dois pontos complementares, como a fortuna e o mérito. Aqui os pontos distintos, complementares, que são o de ser temido ou amado, ou o de ser piedoso ou cruel, também devem estar em equilíbrio. Se, o príncipe deve ser amado, também deverá ser temido. Estes dois elementos devem estar na constituição da condição do próprio príncipe, pois se assim não o for, o reinado de um príncipe pode estar comprometido. Ao concluir o capítulo XVII, Maquiavel expõe a síntese entre o ser amado e o ser temido:

Concluo, pois (voltando ao assunto sobre se é melhor ser temido ou amado), que um príncipe sábio, amando os homens como eles querem e sendo por eles temido como ele quer, deve basear-se sobre o que é seu e não sobre o que é dos outros. Enfim, deve somente procurar evitar ser odiado, como foi dito.<sup>11</sup>

Note-se que a preocupação de Maquiavel com a condição do príncipe está presente em toda sua obra *O príncipe*. Está preocupado com o reconhecimento deste príncipe para que o mesmo possa levar a frente à consolidação de uma verdadeira república. E, tem como certo que a condição de humilhação em que a Itália se encontra seria a oportunidade para que este príncipe mostrasse sua virtude. Seria a oportunidade para o príncipe retirar a Itália do caos em que estava mergulhada.

Assim, tendo ficado como sem vida, espera a Itália aquele que possa curar as feridas e ponha fim ao saque da Lombardia, aos tributos do reino de Nápoles e da Toscana, e que cure as suas chagas já há muito tempo apodrecidas: Vê-se que ela roga a Deus envie alguém que a redima dessas crueldades e insolências dos estrangeiros. Vê-se, ainda, que se acha pronta e disposta a seguir uma bandeira, uma vez que haja quem a levante.<sup>12</sup>

Maquiavel conclui implorando o aparecimento de um príncipe para resgatar a Itália do caos em que se encontrava. Procurava um príncipe que pudesse conduzir a luta pela libertação de sua pátria. Toda a reflexão do pensador florentino provoca uma reviravolta no pensamento político, pois desloca o eixo da reflexão da harmonia de uma comunidade política e da virtuosidade do homem, para a luta de conquista que se dá de forma permanente entre os estados e entre os indivíduos. Uma luta que é ao mesmo tempo de conquista enquanto reconhecimento, pois a luta de conquista almeja o reconhecimento. Um estado quer ser reconhecido enquanto estado independente e soberano. Da mesma forma, os indivíduos, e entre eles o príncipe lutam por seu reconhecimento perante os demais indivíduos. Esta perspectiva inaugurada por Maquiavel estará presente em toda a filosofia política que sucederá Maquiavel. Pode-se citar uma gama de pensadores que se basearam na luta por conquista e reconhecimento de Maquiavel. Entre estes pensadores pode-se destacar, por exemplo: Hobbes, Locke e Rousseau. Poderíamos ir mais longe e identificar nas obras de Hegel (a dialética do senhor e do escravo) e Marx (a luta de classes) a perspectiva de Maquiavel. No entanto, será observado como a questão da luta por reconhecimento se faz presente em Rousseau, um entre os muitos leitores de Maquiavel.

Neste sentido, é preciso observar a reviravolta antropológica inaugurada por Maquiavel. É esta reviravolta que serve de sustentação para os autores contratualistas. Com Maquiavel, a natureza dos homens passa a ser a de luta permanente. O homem tem em sua natureza o gérmen da guerra e da luta permanente para sua autopreservação. Lutar para se manter vivo é o que existe de fundamental. No entanto, a estrutura deste homem não foi delineada por Maquiavel. Ela só se evidenciou com Hobbes. Mais de um século separaram estes pensadores. Neste tempo que separou Maquiavel de Hobbes ocorreu avanços significativos nas ciências. Estes avanços possibilitaram a Hobbes pensar de forma mais estruturada a natureza do homem. A natureza do homem em sua

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 71.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 108.

condição natural. A vida do homem natural era bastante diferente, segundo Hobbes, da vida do homem civilizado. Para Hobbes, o homem natural experimentava um tipo de existência marcado pela luta constante entre todos os homens. Reinava uma insegurança e um medo permanentes. Em que consistia a natureza humana para que os homens vivessem em estado de guerra permanente?

A natureza humana se orientava por uma força interior que impulsionava o homem a se defender de qualquer coisa que ameaçasse sua existência. O sentimento primeiro do homem é que dava o norte de sua existência. Daí, que tudo girava em torno daquilo que lhe garantia sua autopreservação. Esta mesma perspectiva de preservação, e de luta constante apresentada por Hobbes findará com a submissão de todos os homens às leis. Nesta submissão de todos os homens a uma ordem que lhes garantiria a paz, só seria possível na medida em que todos abdicassem de sua liberdade. Vê-se desta maneira, como o ímpeto de luta dos homens entre si em Hobbes, é herdeiro da luta entre os homens em Maquiavel. Apenas, com Hobbes ocorre o detalhamento das estruturas do homem que o levava ao combate constante.

Esta antropologia, que iniciara com Maquiavel e que é aprofundada por Hobbes se apresenta na obra do pensador genebrino Jean-Jacques Rousseau. A antropologia rousseauiana, que serve de base para sua proposição política, acolhe a perspectiva de Maquiavel, como o fora em Hobbes, da luta entre os homens. No entanto, em Rousseau a luta entre os homens fora decorrente de um processo, que segundo Rousseau, não é considerado pelos que o antecederam. É verdade que a luta por reconhecimento está presente em Rousseau. Ela se estrutura e se fundamenta na sua obra *Discurso sobre a origem e os fundamentos das desigualdades entre os homens*. Nesta obra, a luta por reconhecimento se inicia com a constituição do homem enquanto indivíduo. Para Rousseau, o homem natural estava imerso num universo puramente interior. Não havia uma relação sistemática entre o homem e o mundo que o rodeava, a não ser na dimensão que iria suprir suas necessidades fundamentais. Ainda não existia uma relação de disputa e de luta entre os homens. A partir do momento em que o homem se constitui enquanto indivíduo, nasce o gérmen daquilo que eclodiria como uma luta entre todos os homens. A perspectiva do homem enquanto indivíduo nasce da percepção que o homem desenvolvera de comparação. A capacidade de comparar as coisas e em consequência de se comparar com outros homens e com tudo que o rodeava. O desenvolvimento da comparação deu ao homem, enquanto indivíduo, a ideia de distinção. A ideia de que havia uma peculiaridade que lhe era própria e que ninguém mais gozava desta peculiaridade. O indivíduo agora se diferenciava de tudo e dos demais homens. Assim, o indivíduo irá desenvolver a ideia de cooperação e em seguida o sentimento de amor à família. A partir de então, o indivíduo passa a usufruir dos benefícios da vida em grupo. Agora, em grupo, a capacidade de se proteger e de se alimentar é ampliada. Desta forma, se multiplicaram o número de famílias. Logo, não demorou para que o encontro entre as famílias, e depois a disputa entre elas ocorresse. A partir de então, a luta entre as famílias pelo uso da terra se intensifica. E, depois, esta disputa ocorrerá entre os grupos que possuíam terras contra os grupos que não a possuíam. O conflito se instala e a luta e a guerra se fazem presentes. A luta pela posse da terra tem como objetivo fundamental o desejo por parte dos donos das terras verem seus pertences serem respeitados pelos demais indivíduos. Serem reconhecidos pelos demais indivíduos. A luta pela terra é a luta também por reconhecimento. É a luta pelo reconhecimento dos que se beneficiam da terra enquanto proprietários.

Rousseau ao apresentar a luta pela terra, e pela ideia de propriedade, marca uma mudança radical aos que o antecederam, pois entende que a luta pela conquista da terra ajudou a sedimentar a exclusão da maioria dos homens dos benefícios que a natureza lhes oferecera no estado natural. A institucionalização da ideia de propriedade é a institucionalização da ideia de desigualdade e, em consequência, da negação do reconhecimento dos indivíduos não proprietários. Se estabelece, para Rousseau, uma luta por reconhecimento que busca, sobretudo, resgatar a igualdade perdida com o fim do estado natural. A negação do reconhecimento é a negação da própria liberdade

inerente ao homem, ao indivíduo. A partir desta perspectiva a questão central para Rousseau, é o estabelecimento de um pacto social que garanta a todos os pactuantes a igualdade. É, a luta pela construção de um novo pacto social. A luta pela construção de um novo pacto requer o reconhecimento de que todos os artífices do pacto sejam reconhecidos como construtores do mesmo. Isto significa que nenhum artífice do pacto está na condição de submissão. O pacto pensado por Rousseau é o espaço de reconhecimento de todos os indivíduos que construíram a obra do pacto social. É, o pacto, uma resposta às angústias dos indivíduos que perderam a liberdade e a segurança do estado natural.

Logo no início do primeiro capítulo, do livro I, a já conhecida passagem dos leitores assíduos do seu *Do contrato social* demonstra todo seu esforço em resolver o problema antes apontado em seu *Discurso sobre a desigualdade*: “O homem nasce livre, e por toda a parte encontra-se a ferros. O que se crê senhor dos demais, não deixa de ser mais escravo do que eles. Como adveio tal mudança? Ignoro-o. Que poderá legitimá-la? Creio poder resolver esta questão”.<sup>13</sup>

A condição de dependência de uns homens em relação aos outros não significa a existência da liberdade e do reconhecimento por parte de alguns homens, pois nem mesmo os que dominavam tinham disponível para si o mundo da liberdade. Nem senhores nem escravos podiam usufruir do pleno reconhecimento. Ninguém se realizava, pois a constituição da vida entre os homens era a da dependência de todos para com todos. Inexistia entre os indivíduos a perspectiva do reconhecimento mútuo.<sup>14</sup>

Os primeiros capítulos do livro I de sua obra *Do contrato social* fundamentam sua ideia de contrato, um contrato social que possibilitasse ao homem o seu reconhecimento. Desse modo, defende a não aceitação de qualquer tipo de coerção para a criação e fundação de um pacto social. O contrato social deveria partir do indivíduo livre, e só teria sentido se servisse de amparo para esse indivíduo, pois o direito que rege seu contrato se sustenta na própria liberdade do indivíduo. O pacto rousseauiano busca uma *estrutura que possibilite ao indivíduo o seu reconhecimento* e inaugura sua busca dentro do viés da possibilidade. Não há a determinação de que certo tipo de solução seja de forma definitiva. O que é de fato definitivo para Rousseau é a própria luta por um caminho que possa viabilizar o reconhecimento do indivíduo. O roteiro encontrado é um roteiro de possibilidade que procura responder à questão: é possível encontrar uma estrutura que permita ao homem o seu pleno reconhecimento?

Essa é uma questão que se arrasta desde sua formulação sobre as origens do homem, e sobre a origem das desigualdades entre eles. A questão da possibilidade em torno da melhor estrutura possível para que o homem seja reconhecido encontra-se na sua própria formulação sobre o contrato, sobre a efetivação de uma forma de associação. Eis um trecho bastante conhecido: “Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja os bens de cada associado com toda a força comum, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedece a si mesmo, permanecendo assim tão livre quanto antes”.<sup>15</sup>

Se Maquiavel apostava na luta pelo reconhecimento do Príncipe, como aquele que possibilitaria o estabelecimento de uma república que garantisse a liberdade de seu povo, em Rousseau esta luta vai na mesma direção. Vai na direção da luta pelo reconhecimento do indivíduo enquanto construtor da república, a qual garantiria àqueles a liberdade e a igualdade. Em Maquiavel, a luta constante entre os homens e entre os estados, e que cria um caos permanente, só poderia ser superada com o advento de uma liderança, com o advento de um Príncipe. E, de um Príncipe que fosse reconhecido pelos demais homens, como aquele que pudesse estabelecer e liderar uma república.

<sup>13</sup> ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato social*. Tradução de Lourdes Santos Machado. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987, p. 22.

<sup>14</sup> ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Oeuvres complètes*, vol.III. Édition publiée sous la direction de Bernard Gagnebin et Marcel Raymond. Paris: Gallimard, (Bibliothèque de la Pléiade), p. 174-175.

<sup>15</sup> *Idem*, p. 32.



Como em Maquiavel, a saída encontrada por Rousseau foi a luta a ser empreendida pelo indivíduo para que o mesmo fosse reconhecido como sujeito construtor de um pacto social. E, que assim, fosse capaz de contribuir com o estabelecimento de um novo tipo de estado, de uma república, a qual possibilitasse a liberdade e a igualdade entre seus membros. Uma das primeiras medidas foi fornecer uma dinâmica de vida em que o indivíduo pudesse participar ativamente das decisões da vida pública. A possibilidade disto dependeria de um processo de luta que o indivíduo travaria para ser reconhecido pelos demais indivíduos como um sujeito capaz de contribuir para a construção da república. Desta forma, o indivíduo emerge como um sujeito que contribui para a construção e a preservação da república. O indivíduo tornar-se-ia, assim, um sujeito que sairia da dependência para a liberdade, que se tornasse livre para acordar com outros indivíduos a construção de algo que seria comum a todos, recuperando, dessa forma, a sua autodeterminação. Ao se sentir o construtor de uma proposta de república, o homem tomaria para si as rédeas de sua própria vida. O indivíduo contratante de Rousseau teria a posse de si mesmo, e assim teria a possibilidade de contribuir para a construção da república. Como aqui veiculado, o espaço da república é a tentativa de Rousseau de fornecer aos indivíduos um contexto que possibilitasse ao máximo possível as condições de realização do homem, enquanto ser de liberdade. Rousseau tem clareza, como já apontara Maquiavel, que a única via que possibilitaria o engendramento de uma república que garantisse a vida livre de seu povo, era pelo caminho da luta. Em Maquiavel, a luta do Príncipe pelo reconhecimento de sua condição de artífice e protetor da república, e em Rousseau, a luta do indivíduo pelo seu reconhecimento enquanto ser construtor da república. Em ambos, a luta pelo reconhecimento é central para o estabelecimento da república

Assim, pode-se afirmar que o pensador genebrino é herdeiro da tradição oriunda do pensador florentino.

## Referências

- BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel republicano*. São Paulo: Loyola, 1991.
- CASTRO, Fabio Caprio Leite de. “Os influxos hegelianos em Charles Taylor – identidade moderna, políticas de reconhecimento e eticidade”. In: *Pensando – Revista de Filosofia*. Terezina: Vol. 09, n. 18, 2018, pp. 3–22.
- FRASER, Nancy. *Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”*. In: *Cadernos de Campo*. São Paulo: n. 14/15, 2006, p. 231-239.
- HONNETH, Axel. *La lutte pour la reconnaissance*. Traduit de l’allemand par Pierre Rusch. Paris: Gallimard, 2000.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática social dos conflitos sociais*. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2009.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Tradução de Lívio Xavier. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato social*. Tradução de Lourdes Santos Machado. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os Pensadores).
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Tradução de Lourdes Santos Machado. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987-1988a. (Os Pensadores).
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Oeuvres complètes*. Édition publiée sous la direction de Bernard Gagnebin et Marcel Raymond. Paris: Gallimard, 1959. 5v. (Bibliothèque de la Pléiade).



SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Tradução Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TAYLOR, Charles. *Multiculturalisme. Différence et démocratie*. Traduit de l'américain par Denis-Armand Canal. Paris: Flammarion, 2009.

---

Doutor em Filosofia (UFC, 2017)  
Professor Assistente da Universidade Estadual de Feira de Santana.  
Email: [acesarfsilva@yahoo.com.br](mailto:acesarfsilva@yahoo.com.br)